

**ATA NÚMERO 3**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2013**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu, em sessão ordinária pelas nove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Hélder José Magalhães Ferreira e Eng<sup>a</sup> Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António José Cerqueira Dinis Mesquita, Prof. Dr. Jorge José Magalhães Mendes, Dr. Raimundo Magalhães Carvalho, Dr. Pedro Manuel Barros Pereira, Dra. Lucinda Silva Fonseca Moreira, Dra. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, senhor André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

**Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:**

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, **José Augusto Carvalho da Silva**, António Ferreira Soares Araújo, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Octávia Manuel Clemente, **Joaquim Augusto Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, **Rui Miguel Ferreira Borges**, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefanio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, **Ana Cristina Torres Varejão dos Reis**, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Ana Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Sílvia Manuel Ferreira Mota**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – Hugo Luís Teixeira Vaz  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
LOMBA – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Joaquim Cândido Leite Moreira

REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva  
SALVADOR – António Gomes Pinheiro  
TELÕES – Domingos Pinheiro  
TRAVANCA – José Machado Babo  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique  
Jorge Nunes Monteiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E  
GATÃO – Faltou  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –  
Carlos Alberto Pereira Gomes  
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.  
CRISTINA – Daniel Pinheiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO –  
Alfredo Teixeira Carvalho  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Lino Manuel dos  
Santos Macedo  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António  
Cândido Alves Pinheiro.

Tomaram posse nesta reunião os senhores: Rui Miguel Ferreira Borges e Sílvia Manuela Ferreira Mota, que substituíram respetivamente a senhora deputada Flávia de Fátima Ribeiro Queirós e ainda a senhora deputada Alexandra Maria Matias Magalhães Lopes Costa., que solicitaram, nos termos da lei, a substituição. Foi também substituído o senhor deputado Eduardo Jorge Medeiros Pinto.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à leitura e aprovação da ata da sessão anterior, a de sete de dezembro de dois mil e treze. Relativamente à referida ata usaram da palavra os senhores:

**SR. DANIEL PINHEIRO – PRESIDENTE DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ S. TIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA**

No uso da palavra, pediu para que na página dois, fosse colocado o seu nome como tendo estado presente e não como faltoso, porque é isso que consta.

**DR. ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra o senhor deputado solicitou alterações ao ponto número quinze., página sete da ata, onde se lê “...deve ser corrigido para alínea c), do nº 1 do artigo 11º, e no artigo 23º, no ponto 2...” deve passar a ter o seguinte texto: “...para alínea c), do nº 1 do artigo 11º, l e no artigo 23º a)...”. Ainda, onde se lê “...prestar informação relativa ao consignado na alínea c) do nº 2 do artigo 2º artigo 25º, ponto 2 da lei 75/2013 de 12 de setembro”, deve retirar-se a palavra -ponto 2- porque se repete com o nº 2 do artigo 2º.

**DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, começou por saudar a presença da comunicação social, esperando que assim continue durante o mandato. Disse ainda que na ata deviam constar os nomes dos eleitos e/ou nomeados para todos aqueles cargos que foram alvo de escolha ou votação e não serem estes remetidos apenas para os anexos da ata.

## **DR. MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra, começou por desejar a continuação de boas festas a todos os presentes. De seguida, solicitou, a exemplo da oradora anterior, que os nomes dos eleitos devessem constar em ata e não ser remetidos os seus nomes apenas para os anexos. Ainda no ponto número dez, a seguir à frase “votos a favor – 51, falta completar a frase “...votados por unanimidade”.

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, a Mesa, aceitou as alterações propostas, pondo de imediato a ata à votação. Apurou-se então o seguinte resultado: **ABSTENÇÕES – 05, VOTOS A FAVOR – 45.**

Continuaram os trabalhos com a leitura por parte do senhor Presidente da Mesa da correspondência recebida até à data.

Concluída a leitura da correspondência, deram entrada na Mesa dois votos de pesar; um pelo falecimento do senhor arquiteto Alcino Soutinho, outro pelo falecimento do senhor Artur Matias Magalhães.

Transcrevem-se de seguida os dois votos de pesar:

### **Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Arquiteto Alcino Soutinho**

“Faleceu recentemente o senhor Arquiteto Alcino Soutinho que deixou o seu nome ligado a esta cidade de Amarante, através de obras de grande visibilidade e reconhecido mérito.

Efetivamente, foi ele o autor do projeto de construção da ala do museu municipal que possui hoje o nome de Amadeo de Souza-Cardoso e onde se encontra exposta a obra deste pintor amarantino.

Foi ainda o responsável pelo projeto de recuperação do interior do edifício municipal, tal como o conhecemos hoje.

Sendo, para além do mais, o senhor Arquiteto Alcino Soutinho, um técnico reconhecido e premiado internacionalmente, tendo feito parte da famosa escola de arquitetura do Porto, de que era um dos seus mais reconhecidos membros.

A Assembleia Municipal de Amarante propõe um voto de pesar pelo seu falecimento, enviando as suas condolências à família enlutada”.

### **Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Artur Matias**

“Faleceu recentemente, nesta cidade de Amarante, o senhor Artur Matias, conhecido por Comandante Matias.

Foi de facto, durante várias décadas, comandante dos Bombeiros Voluntários de Amarante.

Exerceu esse cargo sempre com elevado profissionalismo e dedicação à causa pública.

Pessoalmente, era um homem de causas e convicções, possuindo uma forte personalidade que todos lhe reconheciam, mesmo quando discordavam dele.

Foi, acima de tudo, um amarantino que nunca abandonou a terra que o viu nascer e agora o acolhe no sono eterno.

A Assembleia Municipal propõe, assim um voto de pesar pelo seu falecimento, aproveitando para apresentar as suas condolências à família enlutada”.

Relativamente a estes votos de pesar usaram da palavra os senhores:

## **ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD**

No uso da palavra, o senhor deputado disse que os dois votos agora em discussão, são mais que justificáveis. O segundo foi durante décadas Comandante dos

Bombeiros Voluntários de Amarante, no primeiro caso, trata-se de um Arquiteto de renome, muitas vezes premiado, que deixou obra feita no Município de Amarante.

Como mais ninguém se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação, tendo sido os mesmos aprovados por **UNANIMIDADE**. Foi ainda guardado um minuto de silêncio em memória dos falecidos.

De seguida, e de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, passou-se de imediato ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD**

No uso da palavra, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara a quem perguntou que resultado obteve na reunião que teve em Lisboa com pessoas ligadas à Administração da EDP e com o senhor Secretário de Estado da Energia, relativamente à barragem de Fridão, reputando este assunto como da máxima importância para Amarante e para os Amarantinos.

#### **DRA. LÚCIA COUTINHO – AMARANTE SOMOS TODOS**

No uso da palavra, a senhora deputada começou por agradecer os votos de boas festas. De seguida fez a intervenção que se transcreve:

**Sr. Presidente da AM**  
**Sr. Presidente da Câmara Municipal**  
**Srs Vereadores**  
**Restantes membros da AM**

Portugal vive hoje tempos particularmente difíceis, fruto de uma crise com contornos sem precedentes na história recente, condicionado pelas ondas de choque das crises do subprime nos Estados Unidos da América e, mais recentemente, das dívidas soberanas na Europa.

Mas anteriormente a 2008 Portugal estava já em crise, incapaz de lidar com os desafios de uma economia a braços com um desajustamento manifesto e uma incapacidade de lutar com outras economias mais bem preparadas, num ambiente de globalização crescente onde nem sempre a ética e a transparência permitem um verdadeiro jogo limpo.

A necessidade de recorrer ao apoio internacional do FMI, do BCE e da Comunidade Europeia, veio estabelecer um regime de intervenção destas instituições que passaram a impor ao nosso governo orientações de política geral, muito para além daquilo que seria razoável, numa relação entre credor e devedor, não assumindo a “Troika” os resultados dessas imposições.

E quando se vislumbra, lá para o final do primeiro semestre de 2014, que possamos retomar, embora de forma controlada, a liberdade de dispor dos nossos dias e do nosso destino, importa que retiremos todas as lições dos erros que cometemos e, que permaneça na nossa lembrança os dramas de muitas famílias que perderam os empregos, de jovens que por ausência de oportunidades tiveram que partir, do retrocesso de uma geração, do drama da demografia, da incapacidade de perceber os sinais dos tempos, mas, sobretudo, da honra de pertencer ao universo da portugalidade e da lusofonia e sermos um povo e uma nação que ao longo de séculos tem sabido resistir às crises mais dramáticas.

Aqui chegados, importa dizer que também a Amarante se colocam hoje grandes desafios em que precisamos de estar todos reunidos no mesmo objetivo e preparados para construir as pontes e as soluções necessárias.

Durante muitos anos, Amarante construiu, em termos de região do Baixo Tâmega, um efeito de capitalidade, concentrando muitos equipamentos e agregando um tipo de oferta que faziam dela uma referência em termos de educação, de cultura, turismo, agricultura e indústria.

Contudo, nas últimas décadas não foi capaz de acompanhar os desafios colocados por uma democratização dos processos de desenvolvimento e falhou claramente em todas estas áreas, nomeadamente, não fixando o ensino superior, não se assumindo como referência cultural e turística da região Norte nem se assumindo como referência industrial.

Ao longe vimos passar todas as oportunidades dos diversos Quadros Comunitários de Apoio, disponibilizados pela Europa e que trouxeram crescimento e desenvolvimento à grande maioria dos municípios portugueses.

Não é o momento de fazer o balanço deste período mas é, sobretudo, o momento de olhar para o futuro, agora que se prepara um novo Quadro Comunitário de Apoio -Portugal 2020 -, que terá disponível qualquer coisa como cerca de 28 mil milhões de euros.

É muito, muito dinheiro. E poderá dizer-se que é a nossa última oportunidade.

E como e quando chegará este dinheiro à proximidade das nossas vidas?

Embora ainda não existam certezas, tudo indica que o modelo a seguir passará em muito pelas criadas Comunidades Intermunicipais, no nosso caso pela CIM do Tâmega e Sousa, que integra os 11 municípios das regiões do Baixo Tâmega e do Vale do Sousa.

A estas entidades supramunicipais caberá a responsabilidade de elaboração de um Plano Estratégico a ser presente à Comissão de Coordenação Regional que justificará os investimentos estruturantes em termos regionais e onde serão afetos os meios de apoio do próximo quadro comunitário.

Acontece que as CIM são entidades recentes, sem grande histórico e as mais das vezes sem meios humanos, quadro de pessoal, conhecimento, reflexão conjunta e representatividade identitária.

As mais das vezes, estas entidades são as substitutas e coincidem com as áreas das Associações de Municípios, embora nem sempre assim aconteça.

É manifestamente o caso da CIM em que se integra Amarante, e que não queremos deixar de trazer aqui para reflexão de todos, porque Amarante é e será sempre uma construção de todos, independentemente de estarmos no poder ou na oposição.

Estamos preocupados com o que se passa na CIM do Tâmega e Sousa por diversas razões:

- 1- Será, sobretudo, na CIM que se desenvolverá o apoio do próximo Quadro Comunitário Portugal 2020;
- 2- A CIM engloba uma vasta área de municípios – 11 – com duas realidades substancialmente diferentes, com ritmos, identidades e dinâmicas marcantes;
- 3- Estas áreas apresentam níveis de desenvolvimento e de estruturação administrativa e política que obrigam ao estabelecimento de critérios de ponderação, não estando garantido que assim se venha a passar;
- 4- A representação nos órgãos dirigentes da CIM, (foi público na comunicação social), resultou de acordo entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, englobando a Área Metropolitana do Porto, num manifesto desrespeito pelas regiões envolvidas;

- 5- É público que a CIM tem o processo de instalação dos seus órgãos atrasado, demasiado atrasado, o processo mais atrasado de todas as CIM do país, não tendo ainda sequer iniciado os trabalhos de elaboração do Plano Estratégico para a região, cuja primeira versão deverá ser apresentada à CCDRN até março de 2014;

No final de dezembro de 2013, entendemos que é manifestamente inviável ter um documento desta importância a tempo de defender de forma justa e equilibrada os interesses de Amarante, do Baixo Tâmega e do Tâmega e Sousa.

Entendemos que o abandono a que se tem votado a Associação de Municípios do Baixo Tâmega, com os afastamentos de Mondim de Basto, e agora Cabeceiras de Basto e a manifestação de intenção do Marco de Canaveses de se “mudar de armas e bagagens” para a CIM propondo a extinção da Associação Municipal do Baixo Tâmega será um erro que a região pagará durante muitos anos.

Estamos certos que este não será o caminho e que não queremos ir por aí. Amarante tem que assumir as suas responsabilidades. E não é só o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo, terá que ser a Assembleia Municipal, os partidos e grupos de cidadãos, as instituições culturais e desportivas, económicas e sociais.

Os amarantinos não nos perdoarão se voltarmos a perder mais esta oportunidade de aceder ao Quadro de Fundos Comunitários e assim retomarmos as dinâmicas de progresso e de referência regional.

Defendemos que não poderemos deixar cair a Associação de Municípios do Baixo Tâmega e teremos que trabalhar todos, independentemente das posições de cada um, para que no momento certo Amarante possa estar e ser defendida nas instâncias próprias, apresentando estudos fundamentados e estruturados para que possamos ganhar a liderança de um espaço regional claramente identificado.

### **SR. JOSÉ FREITAS RIBEIRO – PS**

No uso da palavra, o senhor deputado começou por em primeiro lugar, cumprimentar os presentes e dar os parabéns pelos cargos para que foram eleitos, desejando que todos tenham o melhor desempenho “...para bem dos nossos concidadãos e de todos nós...” e por fazer ainda uma “saudação especial a todos aqueles que pela primeira vez integram esta Assembleia e que têm a honrosa oportunidade de desempenhar esta funções que a todos nós dignifica”.

Continuou a intervenção colocando duas questões ao senhor Presidente da Câmara, que são as seguintes:

#### **Primeira questão;**

“Foi construída e concluída há vários meses a ETAR de Vila Caiz, posteriormente, o emissário que conduzirá, para já, só o esgoto da ETAR existente na cidade, que entretanto já foi desmantelada, eu disse só da ETAR, porque o Senhor Presidente com certeza saberá, que o projeto não foi concluído na sua totalidade por motivos orçamentais e que Vossa Excelência deverá logo que possível mandar prolongar até à zona das Veiguinhas ou Frariz, que por motivos óbvios, melhorará a rede de esgotos do Arquinho e a estação elevatória aí existente”.

Pergunto;

Por que motivo não funciona a ETAR de Vila Caiz e para quando está previsto o início do seu funcionamento?

#### **Segunda questão;**

Em representação do município o Senhor Presidente da Câmara visitou o IPP – Instituto Politécnico do Porto e a Cidade de Vitória em Espanha.

Pergunto;

Vossa Excelência poderá dizer-nos quais os motivos de tais visitas, quais os benefícios que advém das mesmas para o nosso município e para os amarantinos?

## **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE - PS**

A senhora deputada fez no período Antes da Ordem do Dia a intervenção que seguir se transcreve:

Exmo. Sr. Presidente da assembleia e demais elementos da mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados municipais

Esta é verdadeiramente a primeira reunião ordinária deste órgão, após as eleições, considerando que a primeira reunião se destinou à instalação dos órgãos executivo e deliberativo e a outra foi uma reunião extraordinária.

Temos, pois, agora, um novo executivo municipal, que aqui saudámos, formado por duas forças partidárias e um movimento independente, resultado do último ato eleitoral autárquico. Desejamos, por isso, a todos, votos sinceros de um bom desempenho em prol do superior interesse de Amarante, que se traduzirá no bem-estar e no desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todo o nosso concelho.

Da parte do grupo municipal do PS podem esperar um grupo atento ao trabalho desenvolvido pela câmara, com espírito crítico mas com sentido de responsabilidade.

Não podemos porém, até porque até há bem pouco tempo o Sr. Presidente da Câmara liderava a oposição, deixar de estar atentos ao que vem dizendo e fazendo, essencialmente na parte em que vai manifestando posições ligeiramente diferentes das que defendia antes de ser Presidente da Câmara.

Por isso, lemos com bastante atenção a sua entrevista a um jornal local e não podemos deixar de fazer alguns comentários e levantar algumas questões a propósito da mesma.

Sr. Presidente da Câmara:

A primeira questão que nos colocámos ao ler a sua entrevista é “ Como pretende mostrar Amarante ao Mundo? Pelo Turismo? Pela economia? Pelas Finanças? Pela Cultura? Como?

Refere também, nesta sua entrevista que irá renegociar as prioridades de investimento com as Águas do Noroeste. Já renegociou? Em que sentido e com que prioridades?

E neste contexto cumpre perguntar se o Sr. Presidente sabe qual o custo, para o Município, do m<sup>3</sup> de água e qual o custo para o seu utilizador/consumidor? E se tem consciência que já hoje, o valor cobrado pelo Município tem um custo social!?

Qual o ponto de situação da integração do Município de Amarante nas Águas do Noroeste, até porque, um dos pontos que analisaremos de seguida, o orçamento, não reflete, pelo menos de forma explícita, a promessa que deixa nesta entrevista quanto ao custo social!

Uma outra questão: na última reunião da assembleia municipal, tivemos oportunidade de verificar que regressaram as descargas no rio Tâmega. Não pretendemos com esta questão culpabilizá-lo pelo sucedido, mas apenas solicitar informação sobre se tiveram notícia do incidente e quais as suas causas. Solicitámos ainda que, tal como no passado, tenham uma especial atenção para esta questão.

A seguir solicitou também esclarecimentos acerca da construção da Barragem de Fridão.

Continuou a sua intervenção, dizendo que a senhora deputada Dra. Lúcia Coutinho , fez uma boa intervenção, embora não a esperasse ouvir dizer que em Amarante ainda falta quase tudo. Afinal Amarante só era boa há décadas atrás, quando havia miséria, quando muitos nem sequer podiam ir à escola, onde havia fome em muitos lares?

Relativamente às CIM, disse que gostava de saber como é que efetivamente elas vão funcionar depois das novas competências que lhe estão agora atribuídas.

### **PROF. CÂNDIDO MOREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE PADRONELO**

No uso da palavra, começou por fazer um reparo à Dra. Lúcia Coutinho, a quem disse que não foi o PS que pediu para que a Troika viesse para Portugal . Foi o PSD quem pediu a vinda. Quanto à dívida, disse que não se pode ter dote e dinheiro ao mesmo tempo. “Hoje temos melhores hospitais, melhores escolas, centros de investigação etc. Foi feita muita coisa, umas bem feitas outras mal feitas. O que é certo é que as obras estão aí”.

Disse ainda que este modelo das CIM nasceu mal. Nasceu mal com o Miguel Relvas, mas está convencido que vai morrer ainda pior. Queremos saber como vão funcionar as CIM e quais as suas competências. É preciso que fique definido quais as tarefas que vão pertencer ao estado e quais as que vão ser da competência do poder local. Terminou a sua intervenção dizendo que já fez parte dos órgãos de gestão, onde nessa altura, não se sabe bem porquê perdeu-se muito dinheiro. “É tempo de avançar, porque não se pode perder mais tempo”.

### **DR. ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra começou por dizer que lhe parece que vamos continuar a ouvir as velhas posições do Partido Socialista, no que diz respeito ao PEC IV. Nos quatro anos em que esteve na Câmara como Vereador, nunca ouviu criticar o engenheiro José Sócrates.

Referiu-se também às palavras do orador anterior, a quem disse que para ele a culpa da vinda da Troika parece que foi do PSD. Esqueceu-se de dizer que não ouviu ou não quis ouvir o senhor Ministro das Finanças dizer por alturas do mês de maio, que já não havia dinheiro para salários. Devia também ter ouvido o Dr. Daniel Bessa, que em tempos explicou muito bem qual a situação financeira em que se encontrava este país. Bem conclusivas eram também as opiniões dos analistas internacionais.

“Desde o tempo do engenheiro Guterres que este país vem funcionando mal. Toda a gente que tenha um pouco de bom senso sabe que andamos há muito tempo a viver acima das nossas possibilidades. Não podemos fazer análises sectárias acerca deste grave problema que a todos afeta”.

Terminou acrescentando: “Quanto à CIM, é pena que enquanto lá esteve nada tenha feito para evitar a má gestão que hoje deu a conhecer. Espero que os agora eleitos para a CIM façam melhor, até porque é para isso que as pessoas foram eleitas”.

### **PROF. CÂNDIDO MOREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE PADRONELO**

No uso da palavra e em resposta ao orador anterior disse que numa das reuniões da CIM onde em tempos esteve presente, foi até proibido de falar, pelo facto de ter colocado questões que se calhar na altura eram incómodas. Espera bem que isso nunca mais volte a acontecer. Disse-lhe ainda que o “monstro” tem um pai e por isso devemos ser mais globais a analisar as questões. “Agora, não venha o Dr. Araújo fazer crer que todos os males vêm do tempo do engenheiro Guterres e até ao fim do mandato do engenheiro Sócrates”.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia deu então a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

## **DR. JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por responder ao senhor deputado Engenheiro Luís Van Zeller, a quem disse que efetivamente foi a uma reunião a Lisboa, onde esteve reunido com o senhor Secretário de Estado da Energia e ainda com responsáveis da EDP.

Na reunião com o primeiro, deu para perceber que havia, relativamente ao assunto uma grande indefinição quanto à obra de construção da barragem. Na reunião havida com responsáveis da EDP deu para concluir que nos próximos anos não está equacionada a construção da barragem. Segundo esses responsáveis, a procura de energia baixou cerca de 35%, segundo indicadores contabilizados já desde 2005. Até 2022. Segundo aquilo que conseguiu apurar nessa reunião, não faz sentido que se pense na construção. Ficou ainda a saber, que se tal vier a acontecer, em 2018 será necessário reapreciar de novo todo o projeto. Contudo, se se mantiverem os atuais indicadores, não será construída. Ficou convencido que não será construída e até fica satisfeito que isso não venha a acontecer.

De seguida, disse à senhora deputada Dra. Lúcia Coutinho, que em relação à CIM, começa a ficar preocupado nesta altura ainda nem sequer começaram a elaborar o programa. Começa a ser tarde e já manifestou a sua preocupação relativamente a Amarante.

Em relação à Associação de Municípios do Baixo Tâmega e à sua instalação, na primeira reunião que teve pareceu-lhe que a associação poderá vir a ser extinta. Tem feito muito pouco trabalho. O município de Cabeceiras e do Marco fizeram constar que iria ser a última vez que iriam estar presentes. Fica Amarante, Celorico e Baião. Por ele Amarante continua, mas não manda sozinho. Respondeu de seguida ao senhor deputado José Freitas, do Partido Socialista a quem disse que na reunião que teve na cidade de Vitória em Espanha, se avançou com a hipótese de instalar em Amarante um centro de investigação. Por isso, é seu entendimento que Amarante tem de estar preparada para receber qualquer investimento e por essa razão manifestou já interesse para que isso possa vir a acontecer. Amarante é um sítio privilegiado para qualquer investimento.

Relativamente à questão da ETAR de Vila Caíz, disse que o problema era o atravessamento do rio pelos cabos elétricos, não podendo ser pelo ar mas terão que ser submersos. O assunto está em vias de resolução com a CCDRN. Provavelmente a ETAR começará a funcionar durante o 1º trimestre do 2014.

Quanto à questão da concessão às águas do Noroeste, disse ainda que este assunto teve para ele sempre três questões fulcrais. A primeira, era saber que investimento concreto ia ser feito. A segunda era saber o que fazer aos colaboradores afetos aos serviços de águas e saneamento, e o terceiro tem a ver com a convergência dos novos tarifários.

Continuou a intervenção para dizer que os técnicos da Câmara, melhor que ninguém sabem onde está e como está a rede. Numa recente visita dos técnicos das águas do Noroeste a Amarante, constatou que eles nem imaginavam como era e como estava estruturado o sistema em Amarante. Apenas têm bons conhecimentos de distribuição em alta. Numa primeira fase será ligada toda a rede de saneamento.

Relativamente à segunda questão, disse aos presentes que nunca ninguém do anterior Executivo tinha falado com os funcionários acerca do que lhes iria acontecer. Mas ele já falou com eles e explicou-lhes que poderiam ir sem qualquer problema. Ficaram com a garantia de que se não se adaptassem, podiam regressar ao lugar de origem, embora se um dia for usada a figura da mobilidade, seriam os primeiros funcionários a serem alvo dessa medida.

Quanto à convergência do tarifário, disse que temos neste momento um dos tarifários mais baixos do país. O acordo feito com as Águas do Noroeste leva a que nestes próximos quatro anos vá haver um aumento nas taxas a aplicar de cerca de

325%. Esta é neste momento uma das suas grandes preocupações, porque não sabe ainda como vai ajudar as pessoas que não vão ter a possibilidade de poder pagar os novos valores que aí vêm. Os casos que forem aparecendo têm de ser estudados caso a caso. “Não vai ser uma tarefa fácil”.

#### **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, a senhora deputada começou por referir-se à adesão às Águas do Noroeste, onde, num primeiro momento o PSD não teve dúvidas, nem levantou grandes questões. Mais tarde levantou algumas questões relacionadas com os novos valores, porque só nessa altura é que repararam nos baixos valores que se praticavam em Amarante. Também não é verdade que os técnicos das Águas do Noroeste não soubessem do que estavam a falar, nem contassem com aquilo que encontraram. Aliás, até estiveram numa reunião da Assembleia Municipal a explicar tudo acerca da concessão que iria ser feita, quer no que dizia respeito aos funcionários quer no que dizia respeito aos valores envolvidos.

Disse ainda que todos sabemos que a ETAR não estava ainda ligada porque não tinha ainda sido possível ligar a parte elétrica. Quanto à convergência do tarifário, julga que ele pode ser feito, na mesma, em cinco anos.

#### **DR. ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse que a senhora deputada Dra. Octávia Clemente não foi rigorosa no que anteriormente disse. Sabia que, em 6 de junho de 2011, o PSD levantou logo o problema das novas tarifas da água, bem como o destino a dar aos colaboradores da Câmara afetos ao serviço de águas. Hoje acha absurdo como é que desde essa altura ninguém do anterior executivo tenha falado com os funcionários. Na altura da discussão do assunto e na reunião onde estiveram presentes os técnicos das Águas do Noroeste, só ficámos com os dados relativos à tarifa que iria ser aplicada. Só por insistência do Dr. Vítor Rei é que todos soubemos os preços que iriam ser aplicados, aliás altíssimos. Agora, quem vier que resolva o problema.

#### **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, disse que não aceita que se diga que o executivo não falou com os funcionários. É verdade que não concluíram o processo, e as reservas colocadas pelos funcionários foram muitas, com as novas regras da mobilidade, as incertezas para esses funcionários serão certamente muitas mais.

Continuou a intervenção para dizer que, desde o início, o Partido Socialista tinha as contas bem feitas. Competia na altura ao PSD ter analisado bem os valores. Agora, a questão central continua a ser a mesma. Pode continuar a haver apoio social, desde que a verba para esse apoio fique definida nos documentos previsionais.

#### **DR. JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse que não foi ele que em campanha eleitoral falou nos aumentos dos valores da água. “Como é que foi possível que tenha tudo começado em 6 de junho de 2011 e desde aí nunca tenham sido ouvidos os técnicos e demais colaboradores”. Concluiu a seguir afirmando: “Não se pode brincar assim com a vida das pessoas”.

Terminado o Período da Antes da Ordem do Dia, passou-se para o período destinado às intervenções do público presente. Inscreveu-se o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, morador no bairro da Chentuada que disse:

«Sr.Presidente aqui há tempos (nas marés das eleições autárquicas) quando descia as escadas dos semáforos junto do Intermarché, uma senhora interpelou-me (eu que levava a bicicleta ao ombro pensei «olha esta a querer dar-me música do género «quem tem burra e anda a pé ainda mais burro é», mas não) nestes termos: se o Dr. Gaspar for Presidente, ele fará uma ponte (pedonal) a atravessar a estrada» E o que eu pergunto ao Sr. Presidente é se existe algum fundamento nesta afirmação?

Como sabe, nos finais de cada ano há uma espécie de eleição das palavras mais utilizadas, e este ano elas foram “Swapps”, “irrevogável”, “equidade”,etc; por equidade entende-se «tratar diferente o que é diferente e dar a cada um segundo as suas necessidades», costume até recorrer à situação dum pai que tem 2 filhos com feitios diferentes, um mais tímido e o outro mais afoito, ao primeiro o pai estimula-o,”empurra-o” enquanto que ao mais afoito põe-lhe regras,”puxa-o”, em todo o caso o pai como pai que se preze não tem preferência por nenhum dos filhos e quer-lhes a ambos por igual; posto isto queria dizer que a oferta de livros a todos os alunos (1º ciclo) independentemente de serem ou não necessitados, vai-me desculpar, mas considero-a populista; já agora trago a colação um exemplo de equidade que foi o corte do abono de família (no governo do Eng. Guterres) àquelas famílias sem dificuldades e com isso possibilitou o aumento do abono aos que realmente precisavam; há pouco tempo o TC chumbou a lei da convergência de pensões que se traduzia numa poupança de 400 milhões de euros e há estudos que estimam que no universo da pensão mínima (carreira não contributiva e que dispensa o certificado de recursos contrariamente ao RSI e CSI) que o Estado dispense à volta de 3000 milhões euros. Só aproximadamente, 1\3 (32%) é que são realmente pobres, ora o Estado tem aqui uma forma de poupar na despesa, desde que pratique a equidade.

Por fim, quero felicitá-lo pela entrevista jornalística (julgo que no JN) já como Presidente eleito em que afirmou ser contra a barragem de Fridão, bem-haja.

Já agora Sr.Presidente da Assembleia (Dr. Armindo Abreu) pode-nos dizer o que se passou naquela reunião que o senhor ia ter com a tutela a respeito da barragem (ainda no mandato findo)?

Como não havia mais ninguém do público inscrito para usar da palavra, foi então dada a mesma ao senhor PRESIDENTE DA CÂMARA, que disse ao senhor Adelino que só prometeu uma passagem pedonal, que é sobre o rio Tâmega. Se alguém prometeu uma outra, não foi certamente ele. Não quer com isto dizer que até não lhe pareça uma boa solução.

Quanto ao apoio a dar aos alunos, apenas referiu que o mesmo seja dado aos alunos do primeiro ciclo como forma de incentivo às famílias jovens que têm muitas despesas com a educação. Se é populista ou não, cada um tem a sua opinião. É uma medida que até não fica muito cara, porque serão acordos negociados com as editoras, que lhe garantem preços muito mais competitivos. Por outro lado, os livros darão para quatro anos, o que torna a medida pouco onerosa.

Terminado o período destinado às intervenções do público, passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia.

## **PONTO Nº 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

Relativamente a este ponto, usaram da palavra:

### **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, disse que este relatório de atividades e da situação financeira vem na continuidade de anteriores relatórios que vinham sendo apresentados pelo anterior Executivo e revelam, no essencial, a diminuição de verbas resultantes de transferências de capital do Orçamento Geral do Estado, mas em contrapartida, e de forma positiva, demonstra um ligeiro aumento das receitas próprias

do município, o que significa que o Executivo demonstrou alguma capacidade para se ir adaptando às diminuições das transferências do Orçamento Geral do Estado, mas que, naturalmente, não são suficientes.

Registamos com agrado a manutenção da poupança corrente de cerca de quatro milhões e meio de euros.

Continuamos, também com agrado, a verificar que o Município mantém ainda alguma capacidade de endividamento.

Não podemos deixar de referir, até para que fique a constar para memória futura, e consta do relatório apresentado, da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara, que as disponibilidades financeiras em 30 de novembro do corrente ano eram de 2.519.048,48 €.

Na análise aos projetos em curso, verificamos a introdução já de alguns novos projetos, e que se repercutem posteriormente no orçamento que mais adiante iremos analisar em pormenor, mas, pelo contrário, verificamos outros que não têm qualquer repercussão no orçamento, por isso perguntámos: Há algum lapso na referência, neste relatório, ao projeto de recuperação do Bairro do Barracão?

Terminou dando indicação de que convém retificar o nome do nosso museu.

### **DR. JOSÉ LUIS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que estão neste momento a fazer um levantamento exaustivo de todos os bairros sociais, de modo a saber quais as obras de recuperação que terão de ser feitas, sabendo-se que no próximo ano poderá ser possível fazer candidaturas a fundos comunitários que ajudarão nessa recuperação.

### **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014**

Relativamente a este ponto, foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer que não tiveram tempo para poder elaborar o relatório que ele desejaria. A primeira premissa foi sempre a de honrar os compromissos anteriormente assumidos. Daí estarem expressos no orçamento.

Continuou a sua intervenção dizendo ainda que em 2014 muitas regras vão mudar. Uma delas é a taxa de execução que terá de ser de 85%. A outra é a diminuição de receitas. Havia então necessidade de termos um orçamento com valores menores, o que fez com que se tenha reduzido o empolamento em cinco milhões de euros. Aliás, este empolamento é transversal a todo o país, Mesmo assim, ainda está empolado em seis milhões de euros. Acredita que este valor será retificado no próximo ano. Das Águas do Noroeste serão devidos seis milhões de euros relativos aos valores de obras já executadas. Dessa verba, três milhões de euros serão utilizados em amortizações da dívida. Os outros três milhões de euros serão utilizados como aumento de receita, e assim dessa forma pensa cumprir os 85% de execução orçamental. Haverá então outra disponibilidade financeira para o próximo ano. Com a integração das verbas para o próximo ano serão atingidos os tais 85% de taxa de execução. Se tal não for conseguido, teremos de fazer um orçamento retificativo, de forma a diminuir o valor total do orçamento.

Neste orçamento ainda não está refletida a estratégia que preconizamos para este período que se avizinha, até atendendo ao novo quadro comunitário.

Não houve tempo para que se pudesse debater uma linha de orientação para Amarante, que não é só obrigação do executivo mas também da sociedade civil. Por outro lado era também necessário dar continuidade a uma lógica que vinha do passado. É preciso fazer uma reflexão séria para o período de tempo compreendido entre 2014/2020, por força do novo quadro comunitário.

Só o próximo relatório é que vai refletir essas orientações. Um orçamento tem de ter vertida uma orientação estratégica. Este ainda não a tem, e é por isso que se vão fazer alguns estudos de planeamento.

Há ainda toda uma lógica que em 2014 vai acontecer com as freguesias, desde a tomada de posse e num período de até 180 dias, terá de ser acordado com as Juntas uma nova delegação de competências. Isso pressupõe verbas, recursos humanos e equipamentos.

Neste primeiro trimestre vai ser importante saber como é que vamos ficar em termos de contas. Eventualmente poderá ser transferido pessoal da Câmara para as Juntas. Se assim for, é preciso ajustar o orçamento na primeira revisão, a efetuar em abril.

A quebra dos valores do IMI, que para o ano de 2014 será na ordem dos 470.000 euros e a transferência de 1% dessa verba para as freguesias, alterará também os valores que hoje analisamos.

Essa revisão em abril tem a ver com todos estes pressupostos, mas também com a passagem do serviço de águas para as Águas do Noroeste. Referiu o prejuízo líquido no abastecimento de água e saneamento, ao passarmos para as Águas do Noroeste esse prejuízo deixa de existir para o município. Há ainda o problema do pessoal, porque não sabemos quantas pessoas vão para a nova empresa. Depois de tudo isto esclarecido, já podemos ajustar o orçamento a uma nova realidade. Estamos a contar que em fevereiro/março isso possa vir a acontecer, dependendo dos prazos do Tribunal de Contas.

Mesmo havendo essa hipótese, o orçamento prevê que a Câmara continue a gerir por mais meio ano todo o sistema, garantindo assim a questão da segurança. Por isso é que o orçamento reflete esta realidade. Também por isso é que estão ali vertidos os tais 800.000 euros que atrás se falou.

Em abril provavelmente já haverá dados concretos. Tem ainda de se saber o que se vai passar em concreto com a concessão às Águas do Noroeste. Isso talvez aconteça em fevereiro ou março.

Em abril poderá eventualmente poder retificar-se o orçamento. Nessa altura muita coisa vai mudar. Por uma questão de segurança, colocou-se nos documentos previsionais a questão das águas e saneamento por mais meio ano.

Depois desta breve explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara, usaram ainda da palavra os senhores:

### **ENG. RUI BORGES – AMARANTE SOMOS TODOS**

O senhor deputado fez, relativamente a este ponto a intervenção que a seguir se transcreve:

#### **Orçamento 2014**

“O Movimento Independentes Amarante Somos Todos considera 2014 um ano de transição e reajustamento. 2014, será de extrema importância no sentido de reposicionar o nosso território como motor de crescimento de uma região. É crucial a definição de uma estratégia de desenvolvimento, com objetivos claros a atingir, num espaço temporal de 20 anos.

Não podemos deixar de ter linhas orientadoras de como nos posicionar junto dos nossos parceiros – sejam Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Comunidade Intermunicipal ou Associações de Municípios. Através da delegação de competências, no caso das Juntas, ou através da liderança de dossiers e estudos no âmbito das Associações de Municípios ou da Comunidade Intermunicipal.

Dois mil e catorze, será um ano, em que todos os agentes terão que trabalhar

em conjunto, estabelecendo pontes e partilha de responsabilidades, para que se possa inverter a tendência dos últimos anos e facilmente responder aos desafios que se nos colocam. Todos os grandes projetos devem resultar de um alargado consenso das forças políticas e da sociedade amarantina e devidamente consolidados pela sua importância estratégica.

Ainda durante o próximo ano serão iniciadas as negociações e definição de regras para o quadro comunitário 2014-2020, por este motivo é importante estarmos atentos ao ponto de partida e não deixarmos de fazer a preparação atempada deste desafio”.

## **DRA. LUCIA COUTINHO – AMARANTE SOMOS TODOS**

A senhora deputada fez, relativamente a este ponto, a seguinte intervenção:

“Estamos hoje aqui a discutir os documentos previsionais para 2014, propostos por um Executivo eleito a 29 de setembro e que tomou posse em 20 de outubro, no cumprimento de uma nova Lei, manifestamente desajustada da realidade e insensível à importância e alcance de documentos com as repercussões destes, em tempos de grave crise económica e social, desemprego, emigração e perda de população.

O Movimento Amarante Somos Todos tem consciência deste quadro de dificuldades impostas pela obrigatoriedade de produzir e apresentar em tempo útil estes documentos.

Como tem consciência das deficiências e visão anacrónica da eternamente adiada lei eleitoral, assumindo com clareza que quem tem o voto maioritário dos eleitores deve ter as condições para governar, assim como a oposição deve assumir as suas responsabilidades na viabilização controlada dessa governação.

Sabemos todos que a política é a arte de construir consensos e estamos conscientes do papel de cada um neste desempenho, não enjeitando nunca as nossas responsabilidades nem nos demitindo da nossa intervenção responsável.

À oposição exige-se, bem o sabemos, sentido da responsabilidade, mas também frontalidade, transparência, independência, dedicação, ética e sentido da representação de muitos amarantinos que sentem que não têm voz.

Ao poder exige-se que governe, com empenho, com verdade, respeitando todos de igual modo, contribuindo para a justiça social, valorizando o que definiu como estratégico e que teve vencimento no ato eleitoral.

Exige-se, igualmente, que estabeleça pontes para uma melhor governação, integrando sempre, reunindo o máximo de vontades em cada momento.

É este o entendimento do Movimento Independente Amarante Somos Todos.

E em momento algum nos demitiremos das nossas obrigações e dos nossos direitos.

É por isso que assumimos que a Coligação Afirmar Amarante deve, no respeito pelos resultados e do sentido do voto dos amarantinos em 29 de setembro último, poder governar com o seu Orçamento.

E assumimos que enquanto oposição devemos contribuir para uma clarificação de forma a que não haja justificações espúrias para a não realização de um projeto por obstaculização por parte das forças da oposição.

Trata-se de uma atitude que consideramos responsável e por entendermos ser esse o desejo da maioria dos amarantinos.

Contudo, temos que deixar claro que ao viabilizar este Orçamento não estamos a assumi-lo como nosso.

Bem ao contrário, dizemos claramente que este não é o nosso orçamento e estaremos cá para contribuir para a sua melhoria enquanto documento do Município e quando for altura da sua avaliação para provar, ou não, o que defendemos.

E quando dizemos que este não é o nosso Orçamento, embora o respeitemos, apresentamos um conjunto de questões que vão ao encontro daquilo que foram as nossas propostas eleitorais e que, salvo melhor opinião, contribuiriam para uma mais certa abordagem estratégica da proposta de Orçamento.

E dissemos que teríamos sido mais claros no modelo de organização de Orçamento com o objetivo de fazer um documento de base zero, definindo as prioridades estratégicas do Município em torno do Emprego e da captação de investimento, do social, do turismo e da cultura, e da regeneração urbana.

Assumiríamos que 2014 sendo um ano de transição entre Quadros Comunitários, iríamos proceder a um processo de reavaliação e reajustamento de todos os grandes projetos: Centros Escolares (em função da revisão da Carta Escolar), Cine Teatro, Termas, Solar dos Magalhães, e Regeneração Urbana.

Assumiríamos que nenhum destes projetos avançaria sem que tivesse apoio financeiro garantido por parte do Governo de Portugal ou em sede dos Fundos Comunitários Portugal 2020.

Entretanto, assumiríamos uma Fiscalidade Amiga juntando à baixa taxa de IMI e ao compromisso de não lançamento de derrama sobre o IRC, uma participação do município no IRS de 2,5% permitindo que o produto da diferença de taxas e a coleta líquida fosse considerada como dedução à coleta do IRS a favor do sujeito passivo.

Assumiríamos o lançamento de um Fundo de Emergência Social, Ambiental, Cultural e Patrimonial, dotado do montante arrecadado com a totalidade da participação social do Município de Amarante no IRS de 2014.

Assumiríamos sinais claros no apoio à Juventude e ao associativismo, no estabelecimento de instrumentos de apoio às redes de transportes urbanos.

Assumiríamos desde já um compromisso claro com as Juntas de Freguesia face às responsabilidades decorrentes da Lei 75/2013.

E teríamos implementado um orçamento participativo, a exemplo do que vem sendo feito em muitos Municípios portugueses, alargando o sentido de posse e de corresponsabilização a todos os amarantinos.

Fica pois claro que este não é o nosso orçamento mas, não obstante o que vimos de dizer, entendemos que a Coligação Afirmar Amarante merece o benefício da dúvida esperando que, em cada momento, seja capaz de incorporar os contributos de todos, independentemente de serem ou não originários da oposição.

Só assim governaremos melhor e não defraudaremos aqueles que em nós confiaram como seus representantes.

É por isso que, em consciência, decidimos votar favoravelmente o Orçamento para 2014, certos que os contributos que deixamos no Executivo e que deixamos na Assembleia Municipal poderão ser incorporados numa próxima revisão, eventualmente em abril de 2014”.

#### **DR. MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra disse que este é um documento vital para Amarante. Segundo o senhor Presidente é um orçamento para curto prazo. Tem particularidades e uma delas é que tem a preocupação de honrar compromissos do passado. Ao lermos a declaração de voto do PS percebemos que um dos vereadores quer honrar o passado, enquanto outros querem romper com o passado.

Este é orçamento de continuidade. Mas é também um orçamento com base em estudos, em projetos e em planeamento. Disse ainda que é de louvar a franqueza do senhor Presidente da Câmara quando assume o empoamento, embora seja prática corrente no país. A clareza com que explicou o orçamento faz a diferença. Só assim se chega a objetivos. Relativamente às declarações de votos apresentadas, verifica-se que há nelas uma diferença de sensibilidades. A do Movimento Amarante Somos

Todos, é mais objetiva, apresenta ideias e sugestões; enquanto que a do PS é mais política.

### **SR. JOSÉ JOAQUIM MAGALHAES TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra, o senhor deputado começou por dizer que este é o orçamento possível. Há efetivamente para o PS algum desconforto político, porque há uma grande disparidade entre o que está definido para as Juntas de Freguesia do PS e as do PSD. A forma como foi negociado não foi a melhor. Primeiro houve uma reunião com o Adjunto. Mais tarde, já com o orçamento elaborado, houve nova reunião com o senhor Presidente da Câmara. Segundo as palavras do senhor Presidente da Câmara, em abril haverá ajustamentos entre o que está orçamentado para umas e outras Juntas.

Continuou a sua intervenção dizendo que a Junta de S. Simão não pode nem deve ser tratada da mesma forma que as outras, porque neste momento não tem legitimidade política. Contudo, apesar da senhora Presidente ter criado a situação que criou, as pessoas de S. Simão não podem nem devem ficar desprotegidas.

### **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra disse que este é o primeiro orçamento da responsabilidade do novo Executivo oriundo das últimas eleições autárquicas, mas que está, em parte, como não poderemos deixar de aqui reconhecer, comprometido, pelas obras e projetos em curso, ou já adjudicadas, provenientes da anterior gestão municipal.

Daí que seja natural que o mesmo reflita, em parte, essas obras e projetos. Mas, haveria outros projetos e/ou obras que poderiam ser revistos ou repensados pelo novo Executivo e que, com agrado nosso, permanecem neste orçamento.

Assim, destacamos, de forma positiva, a manutenção de praticamente todas as medidas e políticas sociais, de juventude e desporto, e outras, implementadas pelo anterior Executivo, de que são exemplo, o Subsídio ao Arrendamento, o Voluntariado Jovem, Amarante Vida Longa, os programas Vida Emprego, a Par e Par, etc, mas não podemos também deixar de realçar, agora, pela negativa que, tendo em consideração o período de profunda crise social e económica que o país atravessa, e de que infelizmente Amarante não é exceção, a coligação Afirmar Amarante não concretize nenhuma medida de apoio social nova e que vise, designadamente, um apoio direto e imediato aos grupos sociais mais desfavorecidos e mais desprotegidos.

Hoje, mais do que nunca, pelo contexto sócio-ecómico que atravessamos, impõe-se uma gestão rigorosa, transparente, assente em prioridades bem definidas e que promova a coesão social e bem assim o desenvolvimento harmonioso de todo o concelho.

O orçamento que nos é apresentado, apesar de o Sr. Presidente da Câmara ter referido ainda recentemente que provavelmente não teria dinheiro para a introdução de novas obras, consegue, contudo, contemplar várias novas rubricas, quer de obras novas, (orçadas em cerca de 1 milhão e duzentos mil euros), quer de novos projetos, estudos e planos, (no valor de cerca de 800 mil euros).

Não podemos deixar, aqui, de fazer referência expressa às rubricas a que chamaremos de “propaganda”, com valores globais a rondar os 500.000€!!!

Ora, pelo menos parte desta verba, poderia e deveria, no nosso entender, por exemplo, ser direcionada para novas políticas sociais que ajudassem diretamente os mais jovens e/ou os mais idosos. Ou, porque não reforçar as medidas atualmente existentes e que ajudam direta e imediatamente as pessoas?!

Por isso, este não é para o PS o melhor caminho, nem o Partido Socialista se revê na maior parte deste orçamento.

Não podemos também deixar de referir o uso e abuso de rubricas genéricas, pouco transparentes, que não permitem saber qual o seu destino, que projetos serão realizados, que obras serão executadas, sabendo-se, porém, que as mesmas serão, depois, geridas pelo Sr. Presidente, como este bem entender.

Não podemos também, deixar de salientar a falta de justiça equitativa na contemplação destas obras novas (de valor superior a 1.200.000€) em claro desrespeito pelos princípios da igualdade e não discriminação, que com exceção da abertura de rubricas para uma obra nova na União das freguesias da Cidade de Amarante, outra em Vila Meã, outra em Sanche, outra em Freixo e outra em Travanca, destinando-se todas a freguesias que são lideradas por Presidentes de Junta eleitos pelo mesmo partido do Sr. Presidente da Câmara.

Pura coincidência certamente!!!- ver pág. 13 do relatório.

Assim, qual foi o critério utilizado na definição destas obras? Político ou outro?

Verificámos, também com desagrado, a introdução da rubrica para o prometido Multiusos, com o valor de 50 mil euros - cumpre-nos, assim, perguntar: qual o local para a sua construção? Já está definido ou ainda está em estudo?

Destacamos também, de forma negativa, a introdução das obras para a requalificação do Parque Florestal, com 100 mil euros e bem assim, a construção do Parque da Cidade com 50 mil euros. Cumpre também perguntar: esta verba destina-se à(s) obra(s) ou ao(s) projeto(s)? Como estão, então, as negociações com o Governo sobre a cedência do Parque Florestal?!

Para quê um novo programa de regeneração urbana para Amarante? O que não serve do existente e que foi aprovado pelo anterior executivo?

Verificamos, ainda, a manutenção neste orçamento dalguns projetos aprovados pelo anterior Executivo e que vêm a sua construção adiada: assim, esclareça-nos Sr. Presidente da Câmara, pretende ou não construir as Caldas das Murtas? Pretende ou não construir o Cine-Teatro? Pretende ou não executar o projeto das Piscinas Municipais em Amarante?

A rubrica destinada ao Comércio e Turismo tem uma dotação global de 151 mil euros, dos quais 49 mil já estão comprometidos (Comparticipação no projeto Paisagens Milenares do Douro Verde e requalificação do Apeadeiro de Gatão) . Assim, em que consistem, ou quais são as atividades de dinamização e promoção turísticas propostas?

Quais são as ações previstas no âmbito do desenvolvimento económico e social, com o valor de 25.000€ ? (pág.16).

Quais os projetos e iniciativas no âmbito do empreendedorismo e orçadas em 60 mil euros? Em que consistem? - pág. 17 do relatório.

Quais as atividades promocionais do Município e que irão custar aos cofres da autarquia pelo menos 100 mil euros? - pág. 18.

Onde e como se vê refletido no seu orçamento o tão propalado apoio à criação de emprego?

Por outro lado, não podemos deixar de fazer uma referência à rubrica destinada à indústria, que no passado, tanto permitiu que o PSD criticasse o anterior executivo pela falta de medidas de apoio à indústria e que se vê agora dotada com apenas mil euros!!!!!!

As necessidades, bem como as dificuldades hoje sentidas por todos os Amarantinos, sem exceção, exigiam que V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente da Câmara, apresentasse um orçamento menos virado para estudos e projetos e mais vocacionado para medidas de apoio direto à economia. Talvez, desta forma fosse possível ter um mais e melhor apoio social, atrair mais turismo, mais indústria, enfim, nas suas palavras, "*mostrar Amarante ao Mundo*"!!!

Por todas as razões expostas, mas sem esquecer as responsabilidades transitadas do anterior executivo e que ainda se vêm refletidas neste orçamento, os deputados do PS irão abster-se neste ponto.

## **DR. ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse que quando viu a declaração de voto do Partido Socialista, pareceu-lhe logo muito adjetivada. Era ficção. Pensava que iriam votar forte contra o orçamento. Afinal abstiveram-se, o que quer dizer que o orçamento não tem assim tantos males como querem fazer crer, apesar do pouco tempo que houve para o elaborar. Por esse facto felicita a Câmara por, em tão pouco tempo, ter elaborado este orçamento.

Em termos de planeamento estratégico, temos de começar quase do zero, porque está tudo por fazer. A obrigação de cumprir a taxa de execução em 85% leva a que se tenha de fazer um esforço orçamental para que se consiga atingir este objetivo.

A diminuição das despesas com pessoal, o pagamento atempado aos fornecedores, a baixa taxa de IMI, a não cobrança da derrama, o apoio ao empreendedorismo, os protocolos com as Juntas de Freguesia, a reorganização dos serviços municipais, são fatores que levam a que se tenha conseguido os documentos que hoje analisamos. Por exemplo as Juntas vão manter as dotações dos anos anteriores. A este respeito houve intervenções sectárias quando se disse que se dá mais a uns do que a outros. Ninguém vai ser discriminado. O PS não o fez e o PSD também não o fará. Ao falar como falaram, deviam antes ter feito contas para ver que afinal não há assim tantas diferenças. Também lhe parece que não há impedimento legal nenhum que impeça o apoio às Juntas de freguesia.

Referiu-se de seguida ao valor do emolumento que é agora de cinco milhões de euros e que parece preocupar alguns senhores deputados do PS. Em 2010 era de nove milhões de euros e em maio de 2011 era de doze milhões de euros. Então nesse tempo os valores não eram importantes? Parecem-lhe adjetivos a mais e objetividade a menos. Não terem votado contra é estranho porque afinal isto é levar a incoerência ao extremo.

Referiu-se também à política social, dizendo que afinal é preciso medidas novas. Perguntou então se a política social existente já não serve?

Disse ainda que agora se agrupam os gastos. Não será feito como no passado onde as verbas eram sub-repticiamente repartidas por aqui e por ali. Quem publica o boletim municipal que publica, não devia numa altura destas vir falar em propaganda.

## **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

Usou de novo a palavra para dizer que lamentava a postura do orador anterior. Pareceu-lhe que o senhor deputado queria que o PS votasse contra. O PS votará contra sempre que assim for entendido e haja motivo para isso. Agora, absteve-se porque se entendeu que este orçamento é uma continuidade do mandato anterior.

Disse que os Presidentes de Junta foram efetivamente ouvidos até mais que uma vez. Contudo, o orçamento não espelha nenhuma obra para algumas delas. No passado, havia sempre obra, ainda que fosse pequena para todas as freguesias. Sabe que o tempo foi pouco para o elaborar, mas isso também não pode ser razão para que existam estas diferenças.

Referiu-se depois às palavras do senhor deputado José Joaquim, para dizer que este não disse que S. Simão não devesse ter protocolos. Apenas disse, que dada a situação em que se encontra, não pode fazer mais que gestão corrente. O senhor Presidente da Câmara já devia nesta altura ter procurado que houvesse um consenso de forma a ser constituída a Junta de Freguesia. Em tempos, o PS teve situações iguais e conseguiu chegar a consenso.

## **ENG. HUGO CARVALHO - PS**

No uso da palavra, referiu-se à intervenção do senhor Presidente da Câmara, quando este disse que o orçamento não é um documento estratégico. Pede desculpa, mas não aceita que um documento destes não seja um documento estratégico, mas também lhe apraz dizer que este não deixa de ser um documento estratégico para roçar o domínio do partidarismo e da promiscuidade entre aquilo que pode ser o investimento público e aquilo que podem ser as lógicas distributivas de dinheiro público aliadas a freguesias com determinada cor política. Há claramente uma discriminação favorável às freguesias com determinada cor política. Devemos ter uma sequência no discurso político. Houve no tempo do Partido Socialista uma distribuição justa e equitativa que valorizava o domínio público, ao nível da distribuição do dinheiro público.

Disse ainda ao senhor deputado Moura e Silva que foi bom ouvi-lo dizer que este orçamento faz jus ao passado. Devia também ter dito que fazer honra ao passado é também respeitar aquilo que são questões partidárias e questões desta Assembleia.

Estima a preocupação do senhor Moura e Silva para com o PS. O PS fala a uma única voz, tendo por base todo o conhecimento com a sua história.

O Partido Socialista ensinou-nos a estar nesta Assembleia, seja na qualidade de poder, seja na qualidade de oposição, a dar provas da nossa capacidade do nosso benefício em prol do bem comum de Amarante.

O partido Socialista lançou em pré-campanha e mesmo na campanha eleitoral, a importância do orçamento participativo para a construção de uma cidadania participativa. Leu em determinada altura, um artigo no Jornal de Amarante, escrito por um dos atuais secretários do senhor Presidente da Câmara, onde este dizia: "...que lata. Esta era uma das propostas que o PSD defendia...". Pergunta então ao senhor Presidente da Câmara se essa continua a ser uma prioridade para o atual Executivo? Se sim, qual o valor a utilizar nessa medida, para que possamos ter uma consequência entre o que foi dito e o que temos em valores para esta iniciativa?

#### **DRA. LILIANA RIBEIRO - PRESIDENTE DA JUNTA DE S. SIMÃO**

No uso da palavra disse que efetivamente a Junta de Freguesia está em gestão corrente e limitada. Contudo, a obra que está em causa, é uma estrada do município e não da Junta de Freguesia. Não está a perceber qual é a preocupação dos senhores deputados.

#### **DR. VITOR REI – PSD**

No uso da palavra, disse que era importante desmontar uma argumentação que roça o populismo por parte do PS, que tem a ver com os protocolos que eles dizem que apenas são feitos para as juntas do PSD. Isso não é de toda verdade e as contas são fáceis de fazer. Para as freguesias do PSD há cerca de 890.000 euros para obras. Para as freguesias do PS estão destinados 100.000 euros. Mas não nos podemos esquecer que há obras em curso que é preciso pagar. São exemplo disso, o sintético do campo do Vila Meã no valor de 800.000 euros, assim como os sintéticos do Amarante Futebol Clube no valor de 600.000 euros. Na freguesia da madalena, há obras para pagar no valor de 680.000 euros, o que já dá um valor total de dois milhões e duzentos mil euros. É importante referir ainda a dívida a pagar das obras executadas em Gatão e em Fridão.

É pois necessário que se desmonte o discurso populista do PS, que só nomeia as obras para as freguesias do PSD.

#### **PROF. CÂNDIDO MOREIRA – PS**

No uso da palavra, o senhor deputado, disse que teria sido pior apelar à minoria. Há quatro anos o PSD votou contra o orçamento. Por outro lado, era bem melhor ter

dito que tudo iria ser repostado em abril. Deviam ser mais comedidos. Ou há para todos, ou não há para ninguém.

#### **SR. JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra, disse que se calhar não foi entendido, porque aquilo que ele disse foi que havia um certo desconforto em relação às Juntas do PS. Relativamente à freguesia de S. Simão disse também que deviam entender-se, mas mesmo que não o consigam a breve prazo, as populações não podem ficar desprotegidas.

Relativamente a Fridão, disse que a freguesia não deve um tostão a ninguém. Por isso é que o Dr. Vítor Rei não devia ter falado como falou.

#### **DR. ANTÓNIO JORGE VIEIRA RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ**

No uso da palavra, começou por desejar a todos um bom ano de 2014. Continuou a intervenção para dizer que se criou alguma confusão com a questão dos protocolos para as Juntas de Freguesia. Os valores são os mesmos de 2013. Os novos Presidentes de Junta de Freguesia criaram expectativas para as suas freguesias, que certamente serão resolvidas caso a caso.

Os documentos agora em análise devem ser estratégicos e previsionais. Deve ter-se em conta o que se vai ter de receita, para depois prever a despesa. Só assim é possível fazer obra em todas as Freguesias, porque o ideal é que se faça um pouco de investimento por todo o concelho. É certamente isso que o senhor Presidente da Câmara quer.

#### **SR. JOAQUIM AUGUSTO TEIXEIRA – PSD**

No uso da palavra disse que o senhor José Joaquim devia ter visto os documentos, porque tinha reparado que há pelo menos uma freguesia que não tem qualquer valor atribuído. Essa freguesia bem precisava desse dinheiro.

#### **DR. JOSÉ LUÍS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, começou por dizer que não esperava que este assunto desse tanta polémica. Este também não é o seu orçamento. Só foi feito assim por uma questão estratégica. O ano de 2014 vai ser um ano importante para definir uma estratégia para o Município, que bem precisa de um incentivo para melhorar.

De uma vez por todas, não vamos entrar mais em demagogia. O projeto do Parque Florestal mexeu com as pessoas. O documento foi posto à disposição das pessoas para elas darem as suas opiniões. Ao iniciar funções deparou-se com vários problemas que em tão curto espaço de tempo, não podiam ter solução imediata. Na reunião havida com os senhores Presidentes de Junta foi-lhes explicado qual era a estratégia. Inicialmente partimos de uma receita de 28 milhões. Neste momento já vamos em 34 milhões. Em abril o empolamento diminuirá em um milhão e oitocentos mil euros. Podia prometer dez obras a cada Junta, mas isso não seria sério. Isso é enganar as pessoas. Se querem ser enganados, faz-se-lhes a vontade. Mas não é assim que a Câmara deve ser gerida. Não vai abrir um sem número de obras sem saber quanto vão custar.

Também têm que compreender as prioridades da Câmara. A Ligação do Nó dos Bombeiros de Vila Meã à auto estrada é para ser feita. Não importa em que freguesias passa.

Meter 100.000 euros para a promoção turística e promocional parece-lhe a lógica correta. O dinheiro tem de sair de uma única rubrica. Chama-se a isto gerir bem

e programar o futuro. Até ao fim da legislatura vamos ter cada vez mais rigor nos orçamentos. Pois "...sabe bem o que quer para Amarante".

Continuou a intervenção para dizer que a sua missão é defender a terra que o elegeu. O seu orçamento não é este. Mas que orçamento ia elaborar sem saber com aquilo com que podia contar? Logo que for possível vai criar um gabinete de apoio às freguesias.

Referiu-se depois à intervenção do senhor Presidente da Freguesia de Gondar deputado Hugo Vaz, dizendo-lhe que na sua intervenção fez um discurso demagógico e pouco sério.

Perguntou-lhe ainda se será algum escândalo ter nos documentos uma verba para projetos? Disse também que pequenas obras de pavimentação terão de ser executadas pela Câmara. A Freguesia de S. Simão terá as obras que forem necessárias. A questão política de entendimento não será com ele.

Referiu-se de seguida à gestão urbana, dizendo que o que foi bom da gestão anterior vai ser continuado. Por exemplo, a obra nas piscinas municipais é para ser construída, isto, se sob vários aspetos for viável.

Quanto às termas, oxalá seja aquele o modelo ideal para a sua futura exploração. Espera que o modelo de negócio que lhe está subjacente esteja correto. Se estiver, a obra avançará. Caso contrário, não avançará. O mesmo se passará com o Cine-Teatro, embora todos reconheçamos que a requalificação é necessária. Mas será que gastar ali 7 milhões de euros trará o retorno económico que justifique tal investimento? Será que 392 lugares merecem um investimento de 7 milhões de euros? Sabe que é a partir de 800 lugares que um espaço daqueles terá alguma viabilidade financeira. "Para fazermos cópias dos outros é melhor não fazer obra. Vamos procurar fazer obra que nos distinga dos outros".

Respondeu por fim à senhora deputada Dra. Lúcia Coutinho, que relativamente ao IRS, deverá pagar mais quem tem mais. Temos é de trabalhar mais em prol dos apoios sociais. Um dos casos a estudar no que diz respeito a apoio social será aquele que teremos de encontrar quando estivermos perante as novas tarifas da água, que levarão a que muitas famílias venham a ter dificuldades para conseguirem pagar a fatura.

#### **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, começou por perguntar ao senhor Presidente se afinal os deputados municipais podem ou não levantar questões relativamente às Juntas de Freguesia, embora saibamos que essas reuniões foram feitas conjuntamente?

Continuou a intervenção para dizer que é verdade que as eleições foram há pouco tempo e não houve grande tempo para elaborar os documentos previsionais. Mas também é verdade que foi prometido o início das obras no Parque Florestal em janeiro, mas pelos vistos parece que já não vai ser assim.

Por outro lado, também não é verdade que o PS tenha criticado as obras novas. Logo, não é verdade o que o Dr. Araújo disse.

O senhor Presidente da Câmara sabe que tem muitos valores emolados em muitas das rubricas dos documentos previsionais, e também sabe que há muitos valores que não constam, mas que deviam constar.

#### **DR. JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Usou de novo da palavra para dizer que se inscreveram verbas respeitantes a rubricas do passado, nomeadamente as que dizem respeito ao apoio social. É preciso apoiar cada vez mais quem precisa. Neste aspeto votou sempre favoravelmente as questões levantadas na altura pelo PS.

Quanto ao Parque Florestal tem trabalhado nisso. Sabe que da parte da tutela não vai ter problemas com a gestão do Parque. Falta-lhe apenas negociar alguns aspetos. “Neste momento temos gente com opinião e vontade própria”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA - 00, ABSTENÇÕES – 22, VOTOS A FAVOR – 28**

Este ponto foi ainda aprovado em minuta por UNANIMIDADE, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA DOS DIREITOS DE PASSAGEM**

Começou por usar da palavra o senhor Presidente da Câmara que disse que este ponto deve ser votado favoravelmente. A verba que desta taxa resulta, é cerca de 9.000 euros, que bem geridos vão permitir apoiar algumas ajudas sociais.

Usou de seguida a palavra a senhora deputada **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE**, que disse nada ter a acrescentar, embora convenha que se diga que em 2012 o senhor Presidente criticou o valor da taxa, que mesmo sendo no valor de uns centimos onerava a vida das famílias. Hoje, pelos vistos já não pensa da mesma maneira e entende que todos devem votar favoravelmente.

Posto o assunto à votação, apurou-se aprovação do mesmo por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, também por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO Nº 4 – RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CONCURSOS DE PESSOAL: DOIS LUGARES NA ÁREA DE PSICOLOGIA, UM LUGAR NA ÁREA DE GESTÃO E UM LUGAR NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS**

Para melhor enquadrar o assunto, foi dada a palavra ao senhor Vereador dos Recursos Humanos, que disse que quando iniciaram funções depararam-se com estes processos que entretanto expiraram no prazo para sua conclusão. O anterior Executivo tinha 6 meses para completar todo o processo de recrutamento mas não o fez atempadamente.

O processo foi iniciado em abril e expirou 6 dias após terem tomado posse. Este processo concursal é composto por 3 fases. Até agora só a primeira está concluída. O facto das outras duas fases ainda não estarem concluídas tem a ver com a inoperância do anterior Executivo que deixou caducar prazos não concluindo os procedimentos que tinham sido aprovados. Na análise dos processos e uma vez que eles já tinham caducado, foi decidido propor em reunião do Executivo que os mesmos fossem terminados, e se necessário, abrir outros mais tarde, mas com base em pressupostos diferentes, uma vez que hoje as necessidades são outras.

Há hoje necessidade de um maior rigor orçamental, sendo ainda que em termos de pessoal as necessidades são outras. Há também a imposição da redução anual de trabalhadores, patamar que a Câmara Municipal ainda não cumpriu em 2013, havendo a ressalva de que alguns se transfiram para as Águas do Noroeste, juntando a esses todos aqueles que aguardam a ida para aposentação. Esperam cumprir a lei.

Continuou a intervenção para dizer que quando em abril os concursos foram abertos, as necessidades de pessoal seriam certamente outras. Hoje, já não é assim. Com a mudança de Executivo há logo à partida uma visão diferente no que à necessidade de pessoal diz respeito. Além disso, está-se agora num contexto em que

estão a ocorrer várias mudanças. Exemplo disso é a nova articulação com as CIM e as novas competências para as Juntas de Freguesia.

Em termos de necessidades e de competências internas, precisamos de dotar a Câmara com um conjunto de valências que hoje não temos. Dos mais de quinhentos e trinta funcionários não temos ninguém que seja capaz de lidar com candidaturas a fundos estruturais para o desenvolvimento económico, como o QREN e outros programas.

Confrontados com tudo isso, decidimos em reunião de Câmara propor a extinção de todo o processo e se necessário, abri-lo de novo com base em dois importantes aspetos. O primeiro tem a ver com o apertado leque de oportunidades que existem agora para recrutamento. Encontram-se pessoas com mais qualificações do que aquelas que na altura se candidataram. Havia então necessidade de redefinir os perfis dos candidatos. A proposta não teve a aceitação dos demais Vereadores, que evocaram uma questão de equidade, porque uma vez que tinha sido iniciado o processo havia que concluí-lo. Na altura o PSD absteve-se.

Depois de tudo isto, o que hoje está aqui em causa é a renovação dos prazos. A ser votada favoravelmente a proposta, os procedimentos agora abertos, vão continuar no exato momento em que pararam. Se assim for, vamos continuar com os mesmos candidatos para a segunda e terceira fases do processo.

Continuam convictos que o ideal seria poder corrigir aquilo que entendem que na devida altura podia ter sido corrigido.

Entretanto o senhor Presidente da **Assembleia Municipal**, interveio para dizer que "...o que estamos a discutir é uma proposta da Câmara para a renovação dos contratos. Foi essa a documentação que foi enviada aos membros da Assembleia". Terminou dizendo que lhe parece que nessa documentação falta um documento que é a proposta em concreto .

No seguimento destas palavras, o senhor Vereador disse que o que efetivamente se estava a discutir era a extensão do prazo por mais 6 meses, mantendo o que foi aprovado na reunião de abril de 2013.

#### **DR. ANTONIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse que para além do que já foi dito, continua a ter dúvidas quanto à capacidade legal para podermos autorizar a renovação destes concursos, porque tendo ocorrido um prazo de seis meses, que entende ser o prazo da caducidade, parece-lhe que não será de renovar. Pensa que a renovação devia ter sido levada a efeito antes do prazo da caducidade que eram os seis meses. O que flui do parecer técnico é que se deve anular os concursos.

Nos documentos que receberam não lhe parece que haja uma fundamentação suficiente para afastar o parecer técnico. Não havendo também um parecer jurídico, que sustente a decisão, sugere aos membros da sua bancada que se abstenham, porque também não tem a certeza se é ilegal. Se tivesse um parecer jurídico, provavelmente sugeriria que se votasse contra.

Este é um dos assuntos que merecia um parecer jurídico, porque sujeitamo-nos agora a dar autorização legal que permite dar andamento ao processo de concurso. Se mais tarde se vier a considerar que já não há possibilidade de renovação, os concursos serão considerados nulos e qualquer pessoa poderá recorrer a Tribunal e pedir a anulação.

Por outro lado, se os analisássemos agora e começássemos o processo de novo, os candidatos atuais poderiam também ter as suas razões e entenderem que afinal éramos nós que estávamos errados. Em resumo, todo este processo merecia um parecer jurídico adequado para termos um sentido de voto mais correto. Não o havendo. E como anteriormente já o tinha dito, aconselha a sua bancada a abster-se.

## **PROF. FERNANDO MIGUEL SOUSA CARDOSO – AMARANTE SOMOS TODOS**

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, restantes membros da Assembleia Municipal.

O movimento Amarante Somos Todos considera justo que o procedimento concursal seja renovado, dando seguimento ao compromisso assumido pelo município e respeitando as expetativas criadas aos candidatos.

O facto de diversas fases dos concursos já terem sido concluídas pelos candidatos torna legítimas as suas expetativas quanto à conclusão dos mesmos.

Consideramos que esses candidatos, não têm responsabilidades sobre a não conclusão atempada do procedimento concursal.

E, nesse sentido, julgamos que as necessidades de pessoal que justificam o concurso, deverão ser colmatadas sem prejuízo dos candidatos e sem prejuízo para o próprio município que evita assim, o risco de gerar responsabilidade civil sobre o mesmo.

Assim sendo, o movimento Amarante Somos Todos propõe que se renove a autorização de concurso de pessoal, dando continuidade ao compromisso assumido, respeitando o princípio da confiança e cumprindo deste modo com o esperado.

Desejamos ainda, que o procedimento concursal seja eficiente e que assegure, de entre os candidatos, a seleção do melhor para as funções e responsabilidades necessárias.

Aceitamos o argumento de que as organizações são dinâmicas e acrescentam novas exigências e competências mas também estamos convictos de que as pessoas são capazes de se adaptar e responder aos desafios. Saibamos definir-lhes o caminho, integrá-los, envolve-los numa estratégia clara, motivadora e orientadora para o melhor interesse de Amarante."

### **DR. MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra, disse que este processo divide-se de facto em duas opiniões: uma das partes, a do Executivo defende que se anule o processo. A outra, a da oposição defende a continuidade do processo. Percebe-se ainda que os candidatos reúnem as condições para o lugar. Por outro lado, a nota de 27/04/2013 justifica a abertura. Como não temos parecer jurídico, o CDS/PP vai votar favoravelmente.

### **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, disse que os elementos do Partido Socialista se sentiriam muito mais confortáveis para discutir o assunto se ele viesse acompanhado de um parecer jurídico. Sem prejuízo disso, há uma informação do Chefe de Divisão de Recursos Humanos, que propõe à data, a anulação dos procedimentos concursais, ou submeter à Assembleia Municipal a proposta para a renovação. Sendo assim, não há dúvidas quanto à legalidade, porque ela consta da proposta.

Referiu a ausência da proposta em concreto nos documentos que receberam, mas por "... acaso os senhores Vereadores do PS na reunião preparatória tiveram a amabilidade de lha fornecer para melhor poder ajuizar acerca do assunto". Referindo a seguir a esse propósito "os documentos agora em discussão não reproduzem fielmente o que se passou na reunião do Executivo, porque não é o que está reproduzido em ata. A proposta apresentada em reunião do Executivo, é uma proposta conjunta dos Vereadores do PS e do Movimento Amarante Somos Todos. Os documentos que nos são apresentados dizem que a proposta é do senhor Vereador do Movimento Amarante Somos Todos, Dr. Pedro Barros, o que não é verdade porque também foi subscrita pelos Vereadores do PS. O que é uma diferença razoável, se considerarmos que temos de observar o trabalho dos nossos Vereadores no Executivo".

### **DR. ANTONIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse que contrariamente ao que disse a Dra. Octávia, o parecer técnico não é de renovar. Aliás na alínea a) lê-se: “anular os procedimentos concursais por não terem sido concluídos em tempo útil”. Não há aqui referência a renovação nenhuma. Na alínea b) lê-se: “submeter à Assembleia Municipal proposta de nova abertura”. Portanto, o que ele propõe é pura e simplesmente a anulação. Daí ter dito anteriormente que não há fundamentação para ultrapassar este parecer.

### **DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, pediu desculpa por ter lido mal os documentos. Mas pensou que os senhores deputados os tinham lido. Na informação do Dr. Gaspar é feita referência à proposta de renovação, que tem que vir à Assembleia Municipal. Diz o parágrafo dois da informação: “De acordo com o nº 3 do artigo da LOE para o ano de 2013 (Lei nº 66-B/2012, de 31.12), a homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses a contar da data da deliberação de autorização prevista no número anterior, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada”.

### **DR. ANTONIO ARAÚJO – PSD**

Usou de novo a palavra para dizer à oradora anterior que até parece que só agora é que ela descobriu a lei. O facto de conhecer a lei é o que o faz continuar a ter dúvidas. Há sempre a possibilidade de renovação. A dúvida é se a renovação pode ocorrer antes ou depois do prazo ter decorrido. A lei, como é evidente também a conhece.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste último ponto da ordem de trabalhos. Apurou-se o seguinte resultado: **VOTOS CONTRA – 00, ABSTENÇÕES – 23, VOTOS A FAVOR – 28**. Foi ainda aprovado em minuta por UNANIMIDADE, para produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram treze horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

**O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_